

## **ÍNDICE**

---

<b>Prefácio</b> . . . . .	9
<b>Nota Prévia</b> . . . . .	13
<b>Introdução</b> . . . . .	17
1. O principialismo na bioética . . . . .	20
2. O problema em análise . . . . .	29
3. Estrutura do argumento . . . . .	31
<b>Capítulo I – Genealogia do paradigma principialista: racionalidade moral em saúde</b> . . . . .	35
1. O pensamento de Childress e a influência da ética deontológica . . . . .	36
1.1. Em torno da conceção de dignidade . . . . .	37
1.2. Direitos individuais em saúde . . . . .	41
2. O pensamento de Beauchamp e a ética utilitarista como referencial . . . . .	46
2.1. Para uma (re)definição de paternalismo . . . . .	46
2.2. Limites à autoridade política . . . . .	51
3. Na senda das políticas de saúde . . . . .	54

<b>Capítulo II – Estatuto epistemológico do principialismo: justificação de uma ética normativa . . . . .</b>	57
1. Um paradigma de princípios . . . . .	59
2. Do plano abstrato aos juízos particulares . . . . .	62
2.1. Justificação e deliberação moral . . . . .	62
2.2. Limitações apontadas ao dedutivismo e ao indutivismo . . . . .	65
3. Constituição de um modelo coerente . . . . .	68
3.1. Equilíbrio reflexivo integrado . . . . .	68
3.2. Especificação . . . . .	73
3.3. Ponderação . . . . .	78
4. Teoria da moralidade comum . . . . .	82
5. Confluência entre equilíbrio reflexivo e moralidade comum: alcance e limites . . . . .	86
<b>Capítulo III – Operacionalização dos princípios: do conflito à deliberação . . . . .</b>	93
1. Caracterização das regras e especificação dos princípios . . . . .	94
1.1. Respeito pela autonomia . . . . .	94
1.2. Não-maleficência . . . . .	96
1.3. Beneficência . . . . .	99
1.4. Justiça . . . . .	101
2. Violação de regras e o risco de dano como critério . . . . .	104
2.1. O caso da confidencialidade . . . . .	104
2.2. Autonomia individual e saúde pública . . . . .	107
3. Equidade e vulnerabilidade em investigação científica . . . . .	110
4. Flexibilidade do principialismo e contigências da sua aplicação . . . . .	115
<b>Capítulo IV – Vozes contrárias ao principialismo: âmbito e alcance das críticas . . . . .</b>	119
1. Reivindicação de uma abordagem sistemática . . . . .	121
1.1. Pedra de toque entre os diferentes princípios . . . . .	121
1.2. O «moralmente requerido» e o «moralmente encorajado» . . . . .	126
1.3. Um modelo <i>top-down</i> ou dos limites da especificação . . . . .	130
2. Exigência de uma moralidade intrínseca dos atos . . . . .	134
2.1. Diferenciação dos <i>meios</i> da ação moral . . . . .	134
2.2. Uma ética de absolutos . . . . .	139

3. Conjetura do relativismo latente . . . . .	143
4. O debate acerca dos «fundamentos» . . . . .	148
<b>Capítulo V – Responsabilidade e ética pública: um olhar sobre as consequências da ação . . . . .</b>	<b>151</b>
1. Neutralidade e resolução pública dos conflitos . . . . .	153
1.1. Pertinência de uma teoria para as sociedades globalizadas . . . . .	153
1.2. O esvaziamento moral das éticas . . . . .	156
1.3. Um argumento baseado nas consequências . . . . .	158
2. O padrão dos «melhores interesses» . . . . .	161
3. Justificação do paternalismo moderado . . . . .	165
4. Impacto político de «ajudar a morrer» . . . . .	171
5. Respeito pela autonomia: da afirmação do primado à sua «consequencialização» . . . . .	180
6. Contrassensos da teoria principalista . . . . .	186
<b>Conclusões . . . . .</b>	<b>191</b>
<b>Bibliografia . . . . .</b>	<b>197</b>
1. Textos de Beauchamp e Childress . . . . .	197
2. Outros Textos . . . . .	202
3. Documentação . . . . .	209
<b>Epígrafes . . . . .</b>	<b>211</b>
<b>Índice Remissivo . . . . .</b>	<b>213</b>